



Proposição: PLEIC - Projeto de Lei Complementar
Número: 000025/2025
Processo: 10926-00 2025
Autoria: Luiz Otávio Fernandes Coelho - Pardal
Ementa: Institui o Alvará de Obras Autodeclaratório no âmbito do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.

Parecer Marcelo Vitor Mendes Condé - Comissão Especial de Veto

I. RELATÓRIO

Trata-se da análise das Razões de Veto Parcial oposto pelo Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei Complementar (PLEIC) nº 000025/2025, que visa instituir o Alvará de Obras Autodeclaratório no Município de Juiz de Fora.

O Projeto de Lei, de iniciativa louvável, tem como propósito modernizar os procedimentos administrativos e desburocratizar o licenciamento urbanístico, promovendo celeridade e responsabilidade técnica.

A Chefe do Poder Executivo, contudo, vetou parcialmente a proposição, sustentando óbices de ordem técnica e jurídico-constitucional aos seguintes dispositivos:

Inciso III e V do Art. 4º: Que ampliavam a aplicação do Alvará Autodeclaratório para "obras comerciais até médio porte" e "obras mistas".

Argumento do Veto: Tais ampliações destoam do propósito de restringir o licenciamento autodeclaratório a obras de pequeno porte e de baixo impacto urbanístico e construtivo. Empreendimentos de médio porte (comerciais e mistos) apresentam maior potencial de impacto sobre o sistema viário, drenagem e infraestrutura urbana, exigindo análise técnica prévia.

§§ 5º e 6º do Art. 6º: Que fixavam o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para o Município formular o processo e aprovar o projeto, com emissão imediata do Alvará de Obras Autodeclaratório após o decurso desse prazo.

Argumento do Veto: O prazo fixado de 5 dias é considerado inviável operacionalmente e inseguro, visto que o tempo de conferência documental, cálculo de taxas e verificação de conformidade varia. A emissão imediata após o prazo poderia ser interpretada como aprovação tácita, o que é incompatível com a natureza declaratória e fiscalizadora do licenciamento urbanístico.

Art. 17: Que atribuía a gestão e o controle dos Alvarás de Obras Autodeclaratórios ao gerente do Departamento de Licenciamento de Obras e Parcelamentos Urbanos, ou superior imediato.

Argumento do Veto: O dispositivo incorre em vício de iniciativa, pois a atribuição de competências a órgãos e agentes da Administração Pública Municipal é matéria de organização administrativa reservada à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.



II. ANÁLISE DAS RAZÕES DO VETO

Apesar do objetivo de simplificação, as razões do veto demonstram uma preocupação técnica pertinente com a segurança urbanística. O licenciamento autodeclaratório, por natureza, deve ser aplicado a empreendimentos de baixo risco e impacto. A inclusão de obras de "médio porte" comercial ou mistas apresenta um potencial de impacto significativo sobre o planejamento urbano e a infraestrutura. A análise prévia, neste caso, é uma medida de cautela administrativa para garantir a compatibilidade com as normas urbanísticas e ambientais.

O estabelecimento de um prazo rígido de 5 (cinco) dias úteis para a finalização de todas as etapas de aprovação, seguido da emissão imediata do alvará em caso de descumprimento do prazo (§ 6º), apresenta riscos operacionais e jurídicos. O Poder Executivo aponta a inviabilidade de um prazo uniforme devido à diversidade de fatores técnicos e documentais envolvidos em cada processo. Além disso, a previsão de emissão automática após o prazo (aprovação tácita) em um processo de natureza declaratória e sujeita à fiscalização posterior desvirtua a finalidade do licenciamento e pode gerar insegurança jurídica.

O Executivo alega violação ao princípio da Separação dos Poderes, sustentando que a definição de qual servidor ou departamento será responsável pela gestão de um sistema administrativo (Art. 17) é matéria de organização e funcionamento da administração pública, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Esta matéria é objeto de reserva de iniciativa constitucional. A interferência do Legislativo na organização interna do Executivo configura inconstitucionalidade formal subjetiva.

III. CONCLUSÃO

Diante das análises das Razões de Veto apresentadas pela Chefe do Poder Executivo, esta Comissão verifica que os argumentos jurídicos (vício de iniciativa no Art. 17) e técnicos (contrariedade ao interesse público e inviabilidade operacional nos Incisos III e V do Art. 4º e §§ 5º e 6º do Art. 6º) são consistentes e merecem acolhimento. A manutenção do Veto resguarda a segurança jurídica, a técnica urbanística e a harmonia entre os Poderes.

Palácio Barbosa Lima, 5 de novembro de 2025.

Marcelo Vitor Mendes Condé
Vereador Dr. Marcelo Condé - Avante

